



COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL - CODESA Nº 002/2022 - SEGURO DE VIDA EM GRUPO/2022

PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº 50904.101310/2021-78

Torna-se público que a COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Resolução nº 37, de 23 de julho de 2020, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO** sob forma de execução indireta, por meio da utilização de tecnologia de informação – Internet, que será regido pelas disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016; o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, aprovado pelo Conselho de Administração da CODESA em sua 492ª Reunião Ordinária, de 25 de junho de 2018, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital e Anexos, constantes do **Processo Administrativo nº 50904.101310/2021-78**.

A contratação foi solicitada pela Coordenação de Recursos Humanos - CODRHU, na modalidade Pregão Eletrônico, autorizada pela DIREXE, em sua 1961ª Reunião Ordinária, de 13 de janeiro de 2022.

A contratação decorrente deste pregão será regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia – CONSAD em sua 492ª Reunião Ordinária, datada de 25 de junho de 2018.

LICITAÇÃO Pregão Eletrônico	UASG: 399002	EDITAL Nº: 002/2022
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço	REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço unitário	MODO DE DISPUTA: Aberto/Fechado
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviços de Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais para os Empregados e Diretores da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA., conforme exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.		
Cadastro das propostas (publicação):	A partir das 09:00 horas do dia 17 / 01 / 2022	
Endereço Eletrônico da disputa:	www.gov.br/compras/pt-br	
Informações adicionais:	pregao@codesa.gov.br	
Abertura das propostas (sessão pública):	Dia 27 / 01 / 2022, às 09:00 horas	
OBSERVAÇÃO: O Edital e seus anexos estão disponíveis nos sites www.codesa.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br .		

1. **OBJETO**

1.1. Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviços de Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais para os Empregados e Diretores da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA., conforme exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. Quadro resumo do Objeto:

Item	Descrição dos Serviços	Nº de Participantes do Grupo Segurável (Variável)	Modalidade do Capital Segurado	Cobertura	Crítério
01	Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais para os Empregados e Diretores da CODESA	239 (Empregados e Diretores)	Múltiplo Salarial	Morte Natural	25 (vezes) o Salário Base Mensal do Segurado
				Morte Acidental	50 (vezes) o Salário Base Mensal do Segurado
				Invalidez Permanente por Acidente	

1.3. **O valor do serviço orçado pela Codesa para a contratação pleiteada é classificado como sigiloso** e será tornado público após o encerramento da fase de lances, diretamente no sistema de licitações e no site da CODESA

1.4. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global para o item único**, limitado ao valor orçado pela Codesa observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto à especificação do objeto.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço unitário**.

1.6. Para esta licitação **não será permitida a participação de cooperativa**, conforme disposto no item 4 do termo de referência.

1.7. Para esta licitação **não será permitida a participação de consórcio**, conforme disposto no item 4 do termo de referência.

1.8. Para esta licitação **não será permitida a subcontratação**, nos termos do item 6 do termo de referência.

1.9. Considera-se a disputa de ampla concorrência conforme critérios do artigo 48 da Lei Complementar 123/2006.

1.10. O procedimento licitatório será conduzido em conformidade com Lei nº 10.520/2002, com base no disposto do art. 20 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, tendo em vista que o objeto se enquadra como **serviço comum**, para fins do disposto no Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, cabendo licitação **na modalidade Pregão, na forma eletrônica**.

1.11. A contratação será regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia – CONSAD em sua 492ª Reunião Ordinária, datada de 25 de junho de 2018.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O objeto da presente licitação se enquadra no plano de trabalho da CODESA para o exercício de 2022.

2.2. A despesa proveniente da contratação licitada onerará verba própria, consignada em seu orçamento, em conformidade com a decisão da Diretoria Executiva da Companhia - DIREXE.

2.2.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes desta licitação provêm do orçamento da CODESA, conforme categoria econômica: [**2.205.900.301 - Seguro de Vida**] conforme solicitado pela a **Coordenação de Recursos Humanos (CODRHU)**. Fonte dos Recursos: **Custeio**. Classificação Contábil: despesa. A contratação é uma prestação de serviço enquadrada no item item 100.23 (ERP), Conta Contábil: 3468 e 10872.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Será permitida a participação de sociedades optantes pelo Simples Nacional, observadas as orientações dispostas nos seguintes subitens:

4.2.1. O Licitante optante pelo Simples Nacional que vier a executar atividade vedada pelo artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006 não poderá se beneficiar da condição de optante.

4.2.1.1. Na hipótese do subitem 4.2.1 deste Edital, uma vez celebrado o Contrato, o Contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.2.2. O Licitante optante pelo Simples Nacional que não se enquadrar em situação de vedação prevista no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006 somente poderá beneficiar-se de tal condição se, com o valor ofertado em sua proposta, não vier a exceder o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência do Contrato.

4.2.3. Se o Licitante optante pelo Simples Nacional extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ao longo da vigência do Contrato, uma vez sendo contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.3. **Não poderão participar** desta licitação os interessados:

4.3.1. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. constituídos sob forma de consórcio;

4.3.3. constituídos em forma de cooperativa;

4.3.4. declarados inidôneas ou impedidas ou proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.5. com registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;

4.3.6. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 38 da Lei nº 13.303 de 2016 e art. 26 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA

4.3.7. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.8. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.9. em recuperação judicial, salvo nos casos em que haja decisão judicial que permita a participação em licitações;

4.3.10. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.4. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

I - detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

II - autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso

III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

- 4.5. Nos termos do art. 7º do Decreto n.º 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura contratada que seja familiar de funcionário ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49;
- 4.6.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.6.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.6.4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.6.5. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. **Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com todos os documentos de habilitação (item 09) exigidos no edital, proposta (item 10) com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. **Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.**

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. **Valor unitário e total do item único.**
- 6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações do produto/serviço ofertado, observando no mínimo as especificações do Termo de Referência;
- 6.1.3. **É vedada a identificação da licitante, em qualquer campo do sistema quando do cadastro de proposta.**
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento da Planilha de Preços;
- 6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 81 da Lei nº 13.303 de 2016.
- 6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base no inciso II do art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.
- 6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **80 (oitenta) dias corridos**, contados a partir da data da sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações;
- 6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do Contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.3. Também será desclassificada a proposta que:
- 7.3.1. Identifique o licitante, em qualquer campo do sistema quando do cadastro de proposta;
- 7.3.2. não atendam às exigências do ato convocatório ou que apresentem dispositivos contrários à lei e à regulamentação vigente;
- 7.3.3. que contiverem preço condicionados a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste Pregão;
- 7.3.4. que forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outras licitantes.
- 7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes
- 7.4.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.7.1. **Os lances serão ofertados pelo valor total do item.**
- 7.7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de 0,5%.**
- 7.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será **automaticamente encerrada a recepção de lances**.
- 7.13. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.14. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.16. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.17. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.18. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- 7.18.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante
- 7.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico para divulgação.
- 7.23. **O Critério de julgamento adotado será o de menor preço item/global**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

- 7.25. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.26. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.27. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.28. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.29. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.30. A ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.30.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
- 7.30.1.1. prestados por empresas brasileiras;
- 7.30.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.30.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.31. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.32. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.32.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.32.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.32.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo
- 7.32.3. Na negociação, o pregoeiro deverá, para fins de aceitação da proposta de **menor preço item/global** para o serviço, verificar se o valor do item está dentro do valor orçado pela CODESA.
- 7.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.
- 8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste edital.
- 8.3. A Planilha de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
- 8.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP nº 5/2017, que:
- 8.5.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;
- 8.5.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 8.5.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 8.5.4. apresentar preço final do item superior ao preço orçado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- a) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preço global incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- b) apresentar um ou mais valores da planilha de preços que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.6. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.303/2016, de 30 de junho de 2016, e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo – CONSAD, em sua 492ª Reunião Ordinária, datada de 25 de junho de 2018, o **VALOR TOTAL ORÇADO para a contratação pleiteada pela área técnica se tornará público após encerrada a fase de lances**.
- 8.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do artigo 35 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da In SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.8. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta

- 8.9. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.10.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.10.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de preços readequadas com o valor final ofertado.
- 8.11. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.12. Erros no preenchimento das planilhas não constituem motivo para a desclassificação da proposta. As planilhas poderão ser ajustadas pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 8.12.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.
- 8.12.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO (ANEXAR NO SISTEMA ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO - ITEM 5.1 EDITAL)

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1. SICAF;
- 9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- 9.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.1.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.
- 9.8. **Habilitação jurídica:**
- 9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.8.3. No caso de sociedade empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

- 9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. **Qualificação Econômico-Financeira.**

- 9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 9.10.2.1. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 9.10.2.2. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da Lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados na Junta Comercial.
- 9.10.2.3. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 9.10.2.4. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 9.10.2.5. As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto à Receita Federal. Igualmente, deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.
- 9.10.2.6. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 9.10.2.7. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.10.2.8. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 0,5% (meio por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. **Qualificação Técnica**

- 9.11.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão **comprovar/apresentar** para fins de **qualificação técnica** o seguinte:
- 9.11.1.1. **Certidão de Regularidade da empresa perante a SUSEP - Superintendência de Seguros Privados;**
- 9.11.1.2. **Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado devidamente identificadas, em nome da licitante, comprovando ter executado serviços de características semelhantes às parcelas de maior relevância (técnica ou economicamente relevantes) referente ao Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais;**
- I - No atestado deverá constar claramente que ele foi fornecido para a Licitante, com CNPJ, razão social e seu endereço.
- II - Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.
- 9.11.1.3. **Declaração**, corretamente preenchida, de que não se enquadra em qualquer das situações previstas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016;

9.11.1.4. **Declaração** de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos;

9.11.1.5. **Declaração** de que disporá, no momento da contratação, de todos os recursos humanos e operacionais necessários a execução do objeto licitado;

9.11.1.6. **Declaração** de que não designará, para a execução dos serviços ora licitados, profissionais que sejam cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado ou dirigente da CODESA.

9.12. O Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, quando solicitado em sede de diligência.

9.13. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.14. Não serão aceitos documentos que contenham emendas, rasuras, entrelinhas, ressalvas ou modificações de qualquer item deste edital e seus Anexos, exceto aqueles passíveis de serem saneados por meio de diligência.

9.15. A Contratante poderá, em qualquer fase do processo licitatório, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, obrigando as licitantes a prestar todos os esclarecimentos necessários.

9.16. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.17. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.17.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.18. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.19. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.21. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.22. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.23. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **prazo de 2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no **sistema eletrônico** e pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital e seus Anexos. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Apresentar Carta Proposta com o Valor Global expresso em reais, pelo qual a licitante se obriga a prestar os serviços nos termos do Edital de licitação, entendendo-se como tal, o resultado final obtido na Planilha de Preços, incluídos todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, parcelas ou taxas de administração, lucro, despesas indiretas e eventuais, enfim, todos e quaisquer ônus incidentes sobre os serviços e o respectivo contrato;

10.1.3. **Conter Planilha de Preços** adequada a seu último lance com os preços, unitários e totais, expressa em reais (R\$), corretamente preenchida, conforme modelo apresentado no Termo de Referência (**Anexo IA**).

10.1.3.1. O modelo de proposta (**Anexo IA**) é exemplificativo, sendo responsabilidade das licitantes incluir em sua proposta todos os custos que compõem a presente contratação.

10.1.3.2. **Atenção:** Quando do encaminhamento o valor da Codesa já terá sido divulgado, portanto, para aceitação da proposta, o preço do item constante da **Planilha de Preços** não poderá ser superior ao de referência da CODESA.

10.1.3.3. Conter razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, com identificação do responsável pela elaboração da proposta;

10.1.3.4. Indicar prazo de validade da Proposta, que não poderá ser inferior a 80 (oitenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação;

10.1.3.5. Indicar o responsável pela assinatura do Contrato, informando nº do CPF, RG e endereço, no mínimo e anexando documentos que comprove poderes para tal;

10.1.3.6. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

10.2. Deverão ser apresentados junto com a Proposta:

10.2.1. **Minuta de apólice e demais documentos que a acompanhe para fins de análise jurídica por parte da CODESA no intuito de certificar que as condições estabelecidas neste Termo de Referência foram observadas.**

10.2.2. **Declaração** subscrita por representante legal da licitante, afirmando que tem conhecimento da **Política de Integridade da Codesa**, formalizada pela Resolução 42, de 30 de setembro de 2020; que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013, comprometendo-se com os mais altos padrões de ética durante o procedimento licitatório bem como todo o período da contratação.

10.2.2.1. A Política de Integridade da Codesa encontra-se disponível no site da Companhia, em www.codesa.gov.br – Transparência – Transparência – Políticas e Práticas de Governança – Política de Integridade ou no seguinte endereço: [http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20422020\(1\).pdf](http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20422020(1).pdf)

10.2.3. Declaração de que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- b) cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- c) nos preços ofertados estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- d) os serviços a serem prestados estão ou não enquadrados na relação do CNAE de que trata a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. (desoneração de folha de pagamento);
- e) a licitante é ou não optante dos benefícios da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. (desoneração de folha de pagamento);
- f) a composição de custos da proposta estão ou não considerado os benefícios da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

10.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismo e por extenso.

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação, e deverão estar incluídas todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte/frete, seguro e insumos).

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.8. A proposta ajustada ao último lance ofertado e os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima deverão ser apresentados, exclusivamente, em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo fixado, após a solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

10.8.1. Somente mediante autorização do pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação pelo e-mail pregao@codesa.gov.br, sem prejuízo de anexar posteriormente no sistema.

10.8.2. As propostas poderão ser consultadas no site www.gov.br/compras/pt-br e a vencedora também no site da Codesa, www.codesa.gov.br, link licitação.

10.9. Havendo dúvida quanto à veracidade ou dificuldade de leitura dos documentos anexados no sistema, o Pregoeiro poderá solicitar que os mesmos sejam entregues, pessoalmente ou via correios, em original ou por cópia autenticada, na Coordenação de Suprimentos – CODSUP/CODESA, situada na Rua Izidoro Beneath, nº 48 – Edifício SIX – Enseada do Suá – Vitória - ES – CEP 29050-300.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentado.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1. O prazo de vigência do Contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 5 anos, conforme Artigos 104 e 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesa.

14.2. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços, após assinatura do Contrato.

14.3. A prorrogação de prazo de vigência será realizada mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que efetivada e requerida durante a vigência do contrato, justificada por escrito e autorizada pela autoridade competente, nos termos dos Artigos 104 e 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

14.4. A formalização da contratação ocorrerá através da **emissão da apólice pelo licitante vencedor, em substituição ao termo de contrato.**

14.5. A Contratante efetuará a publicação resumida do instrumento de contrato (apólice) e de seus aditamentos na imprensa oficial como condição de sua eficácia.

14.6. Para assinatura do contrato, será exigida a apresentação de cópia do documento de identidade (RG), CPF e do instrumento público de procuração ou de instrumento particular com firma reconhecida do representante que irá assiná-lo, onde comprove a outorga de poderes, na forma da lei. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal.

14.7. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.7.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.8. Considerando que foi implantado na CODESA o Sistema Eletrônico de Informação – SEI, a assinatura do contrato deverá ocorrer de forma eletrônica pelo sistema SEI, para tanto o licitante vencedor deverá adotar os seguintes procedimentos:

14.8.1. Para o **cadastro de usuário externo**, acessar o link: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/peticionamento-eletronico-sei>

14.8.2. As orientações do cadastramento constam no link: https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0

14.9. Inicialmente, a convocação será feita visando a efetivação do cadastramento no SEI como usuário externo, condição necessária para que o proponente efetive a assinatura no Termo de Contrato.

14.10. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.10.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.10.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.11. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante toda vigência do contrato.

14.12. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

14.13. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 122 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 123 e 124 do mesmo Regulamento.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Não está prevista para esta contratação.

16. DA REVISÃO E REAJUSTE DO CONTRATO

16.1. A revisão do valor contratual submete-se ao artigo 117 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, conforme Termo de Contrato.

17. DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

17.1. As regras de gestão e fiscalização, incluindo o recebimento do objeto, estão previstas no item 12 do Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DA MEDIÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. As regras acerca da medição e do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2. apresentar documentação falsa;
- 20.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.5. não manter a proposta;

- 20.1.6. cometer fraude fiscal;
- 20.1.7. comportar-se de modo inidôneo;
- 20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação
- 20.3.2. Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) pela conduta do licitante;
- 20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 20.3.4.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.
- 20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 20.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.7. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a CODESA poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303 de 2016 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência e na minuta de contrato, anexo a este Edital, conforme disposição da Lei 13.303/2016.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar este Edital.
- 21.2. A impugnação será realizada de forma eletrônica, pelo e-mail pregao@codesa.gov.br ou por petição dirigida ao pregoeiro protocolada no **Sistema SEI**, situação em que o interessado deverá estar devidamente cadastrado (**ver orientação no item 22.14 deste Edital**).
- 21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame
- 21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no item 21.2.
- 21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame
- 21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 21.7.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.
- 21.8. Nos termos do parágrafo único, do art. 19 do Regulamento Interno de Licitações e contratos da CODESA, para contagem dos prazos, considerando que o horário do expediente administrativo da CODESA em dias úteis é das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação ao instrumento convocatório encaminhado após às 17:00h, será considerado para contagem dos prazos como se tivesse sido encaminhado às 08:00h do dia útil seguinte.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á a Ata no sistema eletrônico.
- 22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 22.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 22.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 22.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.codesa.gov.br, em Acesso à informação - Licitações e contratos e www.gov.br/compras/pt-br, utilizando-se a UASG 399002 na consulta.
- 22.14. Considerando que foi implantado na CODESA o **Sistema Eletrônico de Informação – SEI**, eventual solicitação de vista do processo eletrônico ou apenas apresentação de petição deverá ser feita por peticionamento eletrônico, devendo o interessado primeiramente obter cadastro de usuário externo:
- 22.14.1. Para o **cadastro de usuário externo**, acessar o link: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/peticionamento-eletronico-sei>
- 22.14.2. As orientações do cadastramento constam no link: https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0
- 22.14.3. Após concluído o cadastro de usuário externo, o peticionamento será possível, no mesmo link informado no item 22.13.2, devendo-se utilizar do **Peticionamento Intercorrente** diretamente no processo de licitação (SEI) indicado neste Edital.
- 22.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes **anexos**:
- 22.15.1. ANEXO I – Termo de Referência (5068859)
- 22.15.1.1. ANEXO IA – Modelo Proposta de Preço (5067688)
- 22.15.1.2. ANEXO IB – Planilha de Segurados (4764391)
- 22.15.2. ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato (5068672)

Pregoeira / Codesa

Resolução 25/2021



Documento assinado eletronicamente por **Denize Da Silva Lascosque, Coordenador Substituto - Coord. de Suprimentos**, em 13/01/2022, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5091084** e o código CRC **AC249DF3**.

0.1.



Referência: Processo nº 50904.101310/2021-78



SEI nº 5091084

Rua Izidro Benezath, 48, (3º e 4º andares) - Bairro Enseada do Suá
Vitória/ES, CEP 29050-300
Telefone: 2731327301 - www.codesa.gov.br



COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 50904.101310/2021-78

1. OBJETO

1.1. Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviços de Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais para os Empregados e Diretores da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA.

1.2. A presente contratação é constituída de 01 (um) item, conforme quadro resumo do objeto:

Item	Descrição dos Serviços	Nº de Participantes do Grupo Segurável (Variável)	Modalidade do Capital Segurado	Cobertura	Critério
01	Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais para os Empregados e Diretores da CODESA	239 (Empregados e Diretores)	Múltiplo Salarial	Morte Natural	25 (vezes) o Salário Base Mensal do Segurado
				Morte Acidental	50 (vezes) o Salário Base Mensal do Segurado
				Invalidez Permanente por Acidente	

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

2.1. JUSTIFICATIVA

2.1.1. A presente contratação se justifica pela necessidade de fornecimento de Seguro de Vida para todos os Empregados e Diretores da Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, em cumprimento ao que fora estipulado em Cláusula de Acordo Coletivo de Trabalho, sendo que para os Diretores observar-se-á os valores indicados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.

2.2. OBJETIVOS

2.2.1 A presente contratação tem por objetivo, em atendimento à Cláusula 19ª (SEGURO DE VIDA), do ACT – Acordo Coletivo de Trabalho 2019-2021, manter um seguro de vida em grupo para os Empregados e Diretores da Companhia, equivalente a 25 (vinte e cinco) vezes o valor da tabela salarial correspondente ao cargo por morte natural e, 50 (cinquenta) vezes desse valor por morte acidental ou

invalidez permanente decorrente de atividade laboral, incluindo-se o percurso, observadas efetivamente as normas estabelecidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados (ficando expressamente consignado que referida parcela não tem natureza salarial), garantindo assim, maior tranquilidade ao empregado e seus dependentes em momentos difíceis.

3. **FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1. O Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais para os Empregados e Diretores da CODESA, seá com contratação na forma coletiva, onde os segurados (Empregados e Diretores) aderem a uma apólice contratada pela estipulante (CODESA), que tem poderes de representação destes segurados perante a seguradora contratada, nos termos da regulamentação vigente; contratação deverá ser feita na modalidade "Múltiplo Salarial", onde o capital individual será determinado a partir da multiplicação do salário base de cada colaborador por 25 (vinte e cinco) vezes este salário base. Adotar-se-á a "adesão compulsória" para as inclusões dos colaboradores, que no caso, o seguro abrange o todo o grupo considerado segurável, de modo automático. Nesse tipo de prestação de serviços, o preenchimento da proposta e da Declaração Pessoal de Saúde (DPS), será obrigatório para todo o grupo segurado. E, ainda, para a presente contratação, a apólice deverá ser com indenização variável, calculada através de múltiplo salarial;

3.2. O Capital Segurado, se dará conforme, a seguir:

- a) 25 (vinte e cinco) vezes o valor do salário da tabela salarial por morte natural;
- b) 50 (cinquenta) vezes o valor do salário da tabela salarial por morte acidental ou invalidez permanente, observadas efetivamente as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

4. **CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

4.1. O presente instrumento foi elaborado de acordo com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia – CONSAD em sua 492ª Reunião Ordinária, datada de 25 de junho de 2018, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações e demais legislações e normas pertinentes.

4.2. Deste modo, o presente documento contém os elementos básicos e essenciais determinados pela legislação, descritos de forma a subsidiar os interessados em participarem do certame licitatório na preparação da documentação e na elaboração da proposta

4.3. O procedimento licitatório será conduzido nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, conjugada com a Lei 13.303/2016, haja vista o disposto no art. 20 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA. Assim, a modalidade de licitação deverá ser PREGÃO, a ser realizada na forma ELETRÔNICA, com vistas a obter a melhor proposta para a Administração Pública. Deste modo, o presente documento contém os elementos básicos e essenciais determinados pela legislação, descritos de forma a subsidiar os interessados em participarem do certame licitatório na preparação da documentação e na elaboração da proposta.

4.4. Os serviços descritos neste Termo de Referência enquadram-se como **serviço comum**, para fins do disposto no Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019.

4.5. Os serviços descritos neste Termo de Referência também são classificados como:

- a) continuados, devido à especificidade do serviço e seu período predeterminado;
- b) sem mão de obra exclusiva, por não haver alocação contínua de serviços da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE;
- c) de demanda estimada, devido a interferência de agentes naturais e humanos cujas consequências não são exatamente previsíveis;

5. **PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO E COOPERATIVAS**

5.1. Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no Portal de Compras governamentais, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual.

5.2. Para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência **não** será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio;

5.3. Não será permitida a participação de Cooperativas em virtude do disposto no parágrafo único do art. 24 do Decreto-lei nº 73/1966.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

6.1. Não será permitida a subcontratação de nenhum serviço em todo ou em parte do objeto desta contratação, sendo-lhe, portanto, vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações dele decorrentes.

7. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

7.1. O Regime de Contratação para a presente licitação é o Regime de Empreitada por Preço Unitário.

8. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. Os recursos Financeiros para pagamento das despesas resultantes da contratação provêm do orçamento da CODESA, conforme classificação contábil a ser realizada pela CODCON e anotação orçamentária, na devida categoria econômica, a ser realizada pela CODFOR.

9. VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

9.1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.303/2016, de 30 de junho de 2016, e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo – CONSAD, em sua 492ª Reunião Ordinária, datada de 25 de junho de 2018, informamos que o VALOR ORÇADO para a contratação pleiteada pela área técnica é classificado como sigiloso e será tornado público após o encerramento da fase de lances, diretamente no sistema de licitações e no site da CODESA;

9.2. A documentação completa que compõe a Pesquisa de Preços, inclusive Nota Técnica com valor de referência e mapa comparativo de preços, será mantida em sigilo até que possa ser dada sua publicação, momento a ser definido no Edital.

10. PROPOSTA E CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

10.1. A proposta a ser apresentada pelo licitante deverá ser compatível com as especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

10.2. Para o Julgamento das propostas será adotado o critério de “Menor Preço Global Para o Item” com o objetivo de propiciarmos a ampla participação das empresas interessadas, em busca da maior vantagem para a Administração Pública.

10.3. A Proposta Comercial a ser apresentada, deverá conter no mínimo as seguintes informações:

10.3.1. Carta Proposta com o Valor Global expresso em reais, pelo qual a licitante se obriga a prestar os serviços nos termos do Edital de licitação, entendendo-se como tal, o resultado final obtido na Planilha de Preços, incluídos todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários,

parcelas ou taxas de administração, lucro, despesas indiretas e eventuais, enfim, todos e quaisquer ônus incidentes sobre os serviços e o respectivo contrato;

10.3.2. **Planilha de Preços** adequada a seu último lance com os preços, unitários e totais, expressa em reais (R\$), corretamente preenchida, conforme modelo apresentado no Termo de Referência (**Anexo IA - SEI 4763472**).

10.3.2.1. O modelo de proposta (**Anexo IA - SEI 5067688**) é exemplificativo, sendo responsabilidade das licitantes incluir em sua proposta todos os custos que compõem a presente contratação.

10.3.3. Conter razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, com identificação do responsável pela elaboração da proposta;

10.3.4. Deverá indicar prazo de validade da Proposta, que não poderá ser inferior a 80 (oitenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação;

10.3.5. Indicar o responsável pela assinatura do Contrato, informando nº do CPF, RG e endereço, no mínimo e anexando documentos que comprove poderes para tal;

10.3.6. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.4. A proposta deve estar acompanhada de **Declaração** subscrita por representante legal da licitante, afirmando que tem conhecimento da **Política de Integridade da Codesa**, formalizada pela Resolução 42, de 30 de setembro de 2020; que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013, comprometendo-se com os mais altos padrões de ética durante o procedimento licitatório bem como todo o procedimento licitatório bem como todo o período da contratação.

Obs.: A Política de Integridade da Codesa encontra-se disponível no site da Companhia, em www.codesa.gov.br – Transparência – Transparência – Políticas e Práticas de Governança – Política de Integridade ou no seguinte endereço: [http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20422020\(1\).](http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20422020(1).)

10.5. Deverão ser apresentadas junto da Proposta as seguintes Declarações:

a) que nos preços ofertados estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

b) que os serviços a serem prestados estão ou não enquadrados na relação do CNAE de que trata a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. (desoneração de folha de pagamento);

c) que a licitante é ou não optante dos benefícios da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. (desoneração de folha de pagamento);

d) que na composição de custos da proposta estão ou não considerados os benefícios da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 (desoneração de folha de pagamento).

10.6. Na apresentação da proposta, a licitante deverá **encaminhar minuta de apólice** e demais documentos ue a acompanhe para fins de análise jurídica por parte da CODESA no intuito de certificar que as condições estabelecidas neste Termo de Referência foram observadas.

11. CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA limitar-se-á à:

11.1.1. **Certidão de Regularidade** da empresa perante a SUSEP - Superintendência de Seguros Privados;

11.1.2. Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado devidamente identificadas, em nome da licitante, comprovando

ter executado serviços de características semelhantes às parcelas de maior relevância (técnica ou economicamente relevantes) referente ao Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais;

11.1.2.1. Nos Atestados deverá constar claramente que o mesmo foi fornecido para a licitante, com CNPJ, razão social e endereço da mesma;

11.1.3. **Declaração**, corretamente preenchida, de que não se enquadra em qualquer das situações previstas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016;

11.1.4. **Declaração** de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos;

11.1.5. **Declaração** de que disporá, no momento da contratação, de todos os recursos humanos e operacionais necessários a execução do objeto licitado;

11.1.6. **Declaração** de que não designará, para a execução dos serviços ora licitados, profissionais que sejam cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado ou dirigente da CODESA;

11.1.7. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

11.1.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Termo e seus Anexos;

11.1.9. Não serão aceitos documentos que contenham emendas, rasuras, entrelinhas, ressalvas ou modificações de qualquer item deste Termo e seus anexos, exceto aqueles passíveis de serem saneados por meio de diligência.

12. **GESTÃO, FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO**

12.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Contratante para os serviços contratados, verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, instruir e dar andamento aos procedimentos de repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, sanções e extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas;

12.2. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por colaboradores formalmente designados, conforme diretrizes estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA;

12.3. Os responsáveis designados deverão zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas, bem como pela qualidade dos serviços prestados pela Contratada;

12.4. Aos responsáveis designados caberá conferir e atestar todas as Notas Fiscais da Contratada e as Certidões anexadas, procedendo tempestivamente aos respectivos encaminhamentos para pagamento;

12.5. A Fiscalização não terá nenhum poder para eximir a contratada de qualquer obrigação prevista no Edital e seus Anexos;

12.6. A Fiscalização deverá notificar POR ESCRITO a contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços e exigir adoção de medidas corretivas necessárias;

12.7. A Fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;

12.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de 30

dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

12.9. Caso o objeto contratado não seja entregue conforme foi especificado, o Fiscal do Contrato discriminará através de termo/livro próprio, as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a Contratada, com o recebimento do termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis;

12.10. Ao término dos serviços contratados, será de responsabilidade da Fiscalização a elaboração do Termo de Recebimento dos serviços como estabelecem os Arts. 119 a 121 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1. A CONTRATADA deverá apresentar, até o dia 20 de cada mês, relatório de medição discriminando as atividades e serviços prestados **no período de referência, compreendido entre o primeiro e o último dia do mês anterior**;

13.2. Este relatório deverá conter no mínimo as seguintes informações;

13.2.1. Demonstrativo de serviços realizados no período, com a indicação do solicitante, data da solicitação e execução, atividades desempenhadas e entregas/soluções provenientes daquele serviço, período de competência, n. da Apólice do Seguro de Vida em Grupo e Acidentes de Trabalho, nome dos segurados, com seus respectivos n. de cpf, data de nascimento, data e inclusão e/ou exclusão do plano de seguro contratado, valor do capital segurado em R\$ (reais) e valor do prêmio que deverá ser pago naquele período;

13.3. Após a emissão do relatório a CONTRATANTE analisará o relatório e, estando este condizente com os serviços prestados, autorizará a emissão de Nota Fiscal ou Fatura;

13.4. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias consecutivos da apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente (s) aos serviços executados no mês anterior. Após conferir e atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is), caberá ao Fiscal do contrato encaminhá-la (s) para pagamento.

13.5. Na(s) Nota(s) Fiscal(is), deverá constar o número do Contrato, o número da agência e da conta bancária correspondente. A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) conforme a legislação fiscal/tributária vigente, com observância, principalmente, ao preenchimento de seus campos.

13.6. Caso sejam verificadas divergências, a(s) Nota(s) Fiscal(ais) será(ão) devolvida(s) à CONTRATADA, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pela Fiscalização da CODESA, sem que isso gere encargos financeiros para a CODESA.

13.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, serão aplicadas as seguintes compensações financeiras e penalidades:

13.7.1. Multa de 0,1% ao dia, sobre o valor pago em atraso, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação, limitada a 2%;

13.7.2. Juros moratórios de 0,033% ao dia, sobre o valor pago em atraso, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação, até o efetivo adimplemento desta.

13.8. Em caso de atraso pela Contratante, as verbas de natureza acessória (juros e multa) serão pagas por meio de crédito em conta corrente, mediante Ordem Financeira e apresentação de nota de débito ou fatura.

13.9. Fica estabelecido que a Contratada não procederá ao desconto de título, não fará cessão de crédito, nem fará apresentação para cobrança pela rede bancária, e a CODESA não endossará nem dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados por terceiros.

13.10. Deverão ser apresentadas juntamente com as Notas Fiscais, as certidões que comprovam a regularidade da contratada junto ao INSS e ao FGTS, conforme exigido na habilitação fiscal. Deverá

também ser apresentada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943;

13.11. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

13.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

13.13. Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18 da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

13.14. O cálculo do prêmio dar-se-á pela seguinte fórmula e referencial:

a) **SALÁRIO BASE X 25 X TAXA MENSAL**

b) Terá como referencial o Relatório do Grupo Segurado a ser retirado mensalmente junto ao Fiscal do Contrato na Coordenação de Recursos Humanos da CODESA - CODRHU.

14. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

14.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, por meio de empregado público especialmente designado pela Contratante;

14.2. Efetuar os pagamentos devidos em razão da prestação dos serviços fornecidos pela Contratada após a apresentação das respectivas notas fiscais com o devido "atesto" do Gestor de Contrato, ou do Fiscal, caso este também seja designado;

14.3. Zelar, durante toda a vigência contratual, pelo cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, bem como pela manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.4. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da Contratada, fixando prazo para a sua correção, quando for o caso;

14.5. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas à locação e à prestação dos serviços;

14.6. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços;

14.7. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da Contratada;

14.8. Avaliar periodicamente o cumprimento dos níveis mínimos de serviço da Contratada, e tomar as medidas contratuais cabíveis em caso de descumprimento, em especial os relativos à disponibilidade, conectividade, segurança da informação, entre outros.

14.9. Vetar o emprego de qualquer produto e/ou serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;

14.10. No caso de rejeição do serviço, a Contratante deverá comunicar o fato à Contratada, que terá um prazo de até 24 horas após a comunicação, para sanar as pendências;

14.11. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

15. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1. Prestar os serviços conforme prazos, especificações técnicas e condições definidas neste Termo de Referência e conforme Proposta Comercial;

15.2. Prestar suporte técnico dos serviços, na forma e nos prazos estabelecidos.

15.3. Disponibilizar, por ocasião da assinatura do Contrato, pontos de contato dos responsáveis pelo suporte técnico e apoio administrativo/comercial, contemplando nomes e telefones, bem como promover sua atualização constante;

15.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CODESA autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.6. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Contratante, ou ainda a terceiros, durante a execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante;

15.6.1. Apurado o dano e caracterizada sua autoria e culpa por qualquer empregado ou preposto da Contratada, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de notificação pela área fiscalizadora, sob pena de ter o valor apurado descontado na fatura do mês subsequente, sem prejuízo das demais sanções e responsabilidades cabíveis, observado o direito do contraditório e ampla defesa;

15.7. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao Contrato, que venham a ser solicitados pelo Contratante;

15.8. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados e dos veículos que adentrarão à CODESA para a execução do serviço, apresentando os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, mantendo as informações atualizadas inclusive;

15.9. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Contratante;

15.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

15.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho, inclusive quanto ao fornecimento e uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando a situação exigir;

15.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação ambiental, inclusive pela regular quitação de taxas de licenças para execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais;

15.13. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

15.14. Comunicar à fiscalização do Contratante qualquer anormalidade/ocorrência constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

15.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do

menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

15.16. Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;

15.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.18. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;

15.19. A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do § 1º do art. 108 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos da CODESA;

15.20. A existência e a atuação da Fiscalização pela Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências e implicações;

15.21. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

15.22. É expressamente vedada à CONTRATADA a contratação de colaborador pertencente ao quadro de pessoal da CODESA durante a vigência deste contrato;

15.23. Cumprir fielmente os níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, contratualmente, ou decorrentes de legislação aplicável;

15.24. Assegurar à Contratante os recursos técnicos e tecnológicos necessários para transição e portabilidade dos serviços em caso de distrato, descumprimento, interrupção ou encerramento de vigência contratual;

15.25. Para efeitos de mensuração dos limites estipulados neste Termo de Referência, os períodos de apuração serão contados a partir do 1º dia de cada mês sob gestão do Gestor do Contrato, formalmente designado;

15.26. Emitir nota fiscal no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando-a à Contratante para pagamento.

16. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ENTREGA DO OBJETO

16.1. O prazo de vigência do Contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 5 anos, conforme Artigos 104 e 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesa.

16.2. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços, após assinatura do Contrato.

16.3. A prorrogação de prazo de vigência será realizada mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que efetivada e requerida durante a vigência do contrato, justificada por escrito e autorizada pela autoridade competente, nos termos dos Artigos 104 e 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

16.4. A formalização da contratação ocorrerá através da emissão da apólice pelo licitante vencedor, em substituição ao termo de contrato.

16.5. A Contratante efetuará a publicação resumida do instrumento de contrato (apólice) e de seus aditamentos na imprensa oficial como condição de sua eficácia.

17. CRITÉRIOS DE REAJUSTE E REVISÃO

17.1. Os preços serão estabelecidos em conformidade com a proposta do licitante vencedor, observadas as exigências deste Termo de Referência, devendo estar inclusos todas as espécies de

tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto contratual;

17.2. O reajuste do preço contratado levará em consideração o IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo;

17.3. O reajuste será adotado como forma de recompor o desequilíbrio provocado pela elevação dos custos de produção, desde que decorrido 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta, ou da data do último reajustamento, de acordo com a Lei 10.192/2001.

17.4. Compete à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pelo Contratante, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado;

17.5. O reajuste poderá ser efetuado por meio de simples termo de apostilamento, nos termos do art. 81, § 7º, da Lei 13.303/2016 e art. 108, §9º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA;

17.6. Os efeitos financeiros do reajuste serão aplicados a partir do 13º mês, subsequente ao período anual de apuração do índice, independentemente da variação para maior ou para menor;

17.7. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

$$R=(I_i-I_o)\times V/I_o$$

Em que:

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual a ser reajustado;

I_i = índice correspondente ao mês do reajuste; e

I_o = índice inicial correspondente a data de apresentação da proposta.

17.8. A Contratada deverá solicitar o reajuste até a prorrogação ou encerramento do Contrato, hipóteses em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador. Com o encerramento do Contrato ou prorrogação do mesmo sem expressa ressalva, opera-se a renúncia a eventual reajuste relativo a período anterior à assinatura do respectivo Termo Aditivo;

17.9. A **revisão**, para mais ou para menos, poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos, nos termos do art. 117 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE;

17.10. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, com comprovada repercussão no preço contratado implicarão a revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

18. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, da Lei nº 10.520, de 2002, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA a Contratada que:

18.1.1. Ensejar inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. Fraudar na execução do contrato;

18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5. Cometer fraude fiscal;

18.1.6. Não manter a proposta.

18.2. Pela inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações estabelecidas na execução do objeto contratado, a CODESA poderá aplicar ao contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

18.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.2.2. Multa moratória

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias. Após este prazo e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, pela demora em substituir o material rejeitado;

18.2.3. Multa compensatória

a) de até 2% (dois por cento) em caso de inexecução parcial, sobre o valor total do contrato;

b) de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

18.2.3.1. As importâncias relativas às multas serão descontadas pela CONTRATANTE de eventuais créditos a vencer da empresa CONTRATADA. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de depósito bancário destinado à Codesa, ou, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

18.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODESA, pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada à empresa que:

18.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.3.3. Não assinar o Contrato no prazo estabelecido neste instrumento;

18.3.4. Deixar de entregar a documentação exigida neste instrumento;

18.3.5. Apresentar documentação falsa exigida neste instrumento;

18.3.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

18.3.7. Não manter a proposta;

18.3.8. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.3.9. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se os procedimentos internos da CODESA, e subsidiariamente a Lei nº 9.784 de 1999.

18.5. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODESA poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

18.7. Da decisão final cabe recurso à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida junto à CODFOR/CODESA, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua notificação da decisão final. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a Contratante descontará a referida importância, de eventuais créditos a vencer da empresa Contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de Guia de Recolhimento – GDR, que será creditado na conta da CODESA e, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

18.8. Na execução contratual, cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CODESA (funcionários, suas instalações, imagem), meio ambiente ou a terceiros.

18.9. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

19. DA CONFIDENCIALIDADE

19.1. É da inteira responsabilidade da contratada zelar pela preservação do sigilo pelo uso restrito à execução deste Termo de Referência.

19.2. A Empresa Contratada deverá respeitar e assegurar o sigilo relativamente às informações obtidas durante a execução dos serviços, não as divulgando, sob nenhuma circunstância, sem autorização expressa da CODESA, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo.

19.3. A Empresa Contratada somente poderá divulgar a terceiros informações sobre a CODESA ou sobre o trabalho por ela realizado, caso seja autorizado, por escrito, pela autoridade competente da CODESA, com poderes para tanto, que contenha de forma clara e objetiva os limites das informações a serem fornecidas, sob pena de infringir o sigilo profissional.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O Contrato será regido por suas cláusulas, pelos preceitos de direito privado, pelo RILC – Regulamento Interno de Licitações e Contratos, e pela Lei nº 13.303/2016, em particular, seus artigos 68 a 80;

20.2. Na hipótese de existência de contradições entre o Termo de Referência e Contrato, prevalecerá o disposto neste último, quanto a todos os seus efeitos.

21. ANEXOS DO TR

21.1. Anexo IA – Modelo de Proposta - Planilha de Preços (**5067688**)

21.2. Anexo IB - Planilha do Grupo Segurado (**4764391**)



Documento assinado eletronicamente por **Mary Regina Serafim, Analista Portuario - Coord. de Recursos Humanos**, em 07/01/2022, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Januário Gomes, Coordenador de Recursos Humanos - Substituto**, em 07/01/2022, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com



fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5068859** e
o código CRC **B6C0BB2F**.

Mary Regina Serafim Del Puppo

Analista Portuário

Coordenação de Recursos Humanos

Thiago Januário

Coordenador de Recursos Humanos (em substituição)



Referência: Processo nº 50904.101310/2021-78



SEI nº 5068859

Rua Izidro Benezath, 48, (3º e 4º andares) - Bairro Enseada do Suá
Vitória/ES, CEP 29050-300
Telefone: 2731327376 - www.codesa.gov.br



COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE SUPRIMENTOS

ANEXO MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO - ANEXO IA

Vitória, 07 de janeiro de 2022.

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (em papel personalizado da empresa)

À: COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO
PREGÃO Nº:

A/C Pregoeiro (a):

1. Considerando a sessão pública realizada no dia xx/xx/xxxx, apresentamos a nossa Proposta para a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme descrição constante no Edital em epígrafe e seus anexos, pelo(s) valor(es) e condição (ões) abaixo especificado(s):

2. Planilha de preços:

Quadro Resumo da Proposta Comercial						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Preço unitário (R\$)	Taxa Mensal (0,5759)	Preço total (R\$)
VALOR TOTAL (GLOBAL)						

Valor da proposta por extenso: R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

3. Declaramos que:

a) No preço proposto, estão computados todos os custos necessários para a entrega do objeto, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.

b) A proponente se obriga a prestar os serviços nos termos do Edital de licitação, entendendo-se como tal, o resultado final obtido na Planilha de Preços, incluídos todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, parcelas ou taxas de administração, lucro, despesas indiretas e eventuais, enfim, todos e quaisquer ônus incidentes sobre os serviços e o respectivo Contrato

c) O objeto será entregue/executado no prazo previsto no Termo de Referência.

d) O prazo de validade da proposta é de xx (xxxxxx) dias, contados da data da sua apresentação.

e) A garantia contratual será apresentada na modalidade xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

e) Temos conhecimento da **Política de Integridade da Codesa**, formalizada pela Resolução 42, de 30 de setembro de 2020 que encontra-se disponível no site da Companhia, em www.codesa.gov.br – Transparência – Políticas e Práticas de Governança – Política de Integridade ou no seguinte endereço: [http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20422020\(1\)](http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20422020(1)); reforçamos que nossa proposta foi elaborada de maneira independente e que conduzimos nosso negócio de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013, comprometendo-se com os mais altos padrões de ética durante o procedimento licitatório bem como todo o período da contratação.

4. Declaramos ainda que:

- a) Os serviços a serem prestados ***(estão ou não)** enquadrados na relação do CNAE de que trata a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. (desoneração de folha de pagamento);
- b) ***(A empresa xxxxxxx é optante ou não é optante)** dos benefícios da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. (desoneração de folha de pagamento);
- c) Na composição de custos da proposta ***(estão ou não)** considerados os benefícios da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 (desoneração de folha de pagamento).
- d) ***(A empresa xxxxxxx se enquadra ou não se enquadra)** em qualquer das situações previstas nos **artigos 26** do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesa ou **38** Lei nº 13.303/2016, a respeito do cumprimento de sanções administrativas e vínculo com a Codesa.

5. Documentos anexos a esta proposta (se for o caso): _____

6. Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA

Razão Social:		CNPJ:	
Endereço:		Tel/Fax:	
E-mail:	CEP:	Cidade:	UF:
Banco:		Agência:	C/C:

DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA

Nome:		Cargo/Função:	
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:	
Naturalidade:		Nacionalidade:	

DADOS DO(S) RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA EM NOME DA EMPRESA

Nome:		Cargo/Função:	
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:	
Naturalidade:		Nacionalidade:	

Nome assinatura do(s) responsável(is)



Documento assinado eletronicamente por **Mary Regina Serafim, Analista Portuario - Coord. de Recursos Humanos**, em 07/01/2022, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Januário Gomes, Coordenador de Recursos Humanos - Substituto**, em 07/01/2022, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5067688** e o código CRC **E52F4F56**.



Referência: Processo nº 50904.101310/2021-78



SEI nº 5067688

Rua Izidro Benezath, 48, (3° e 4° andares) - Bairro Enseada do Suá
Vitória/ES, CEP 29050-300
Telefone: 2731327376 - www.codesa.gov.br

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SEI 50904.101310/2021-78

ANEXO IB – PLANILHA DE SEGURADOS

NOME	NASCIMENTO	CPF	SALÁRIO
ADILSON DE JESUS SOUSA	25/10/1976	034.956.927-46	3.056,67
ADONISMAR DE SOUZA ANACLETO	15/06/1976	034.804.937-42	3.335,49
ADRIANA MENEZES PESSOTTI	04/04/1979	078.289.497-66	9.555,12
ADRIANO HANTEQUESTE GOMES	08/02/1983	094.263.167-60	6.829,09
AFRODISIO DO ROSARIO SAMORA	17/10/1973	031.019.017-74	2.673,89
AGOSTINHO SOBRAL SAMPAIO	21/04/1964	790.225.967-53	13.436,79
ALAN GUARIENTO	27/05/1991	130.107.207-93	2.673,89
ALDO CESAR CARVALHO DA SILVA	17/06/1963	781.445.077-20	8.099,33
ALESSANDRO FARIA DO NASCIMENTO	02/12/1982	060.314.897-24	2.819,71
ALEXANDRE DE FREITAS DE MELLO	28/04/1962	317.298.431-15	8.099,33
ALEXANDRE JOSE IZOTON ALVES	24/09/1978	080.999.587-56	3.056,67
ALINE ENOMOTO VELAME	16/09/1983	100.325.577-95	3.056,67
ALONE OLIVEIRA BORGES	28/01/1980	083.340.067-30	5.938,98
ALVIMAR EFFGEM BOURGUIGNON	06/02/1961	659.099.687-34	8.331,29
ANA PAULA ALBANI NALESSO	04/02/1982	055.914.547-04	3.056,67
ANDERSON DIAS DE BARROS POLIDO	27/11/1981	095.267.947-70	19.493,08
ANDERSON SCARDINI BOREL	26/08/1978	081.290.717-54	3.056,67
ANDRE BUELONI LIVIO	01/02/1981	088.071.517-07	3.056,67
ANGELA MARIA MATTOS	14/07/1958	809.790.257-53	4.451,35
ANGELO JOSE BERNABE	02/10/1957	489.305.127-04	5.295,31
ANILTON RANGEL FILHO	19/09/1964	764.793.407-44	2.760,54
ANTONIO BARTOLINI COUTINHO	07/07/1968	005.235.447-40	3.056,67
ANTONIO JULIO ALVES	29/12/1960	576.116.297-00	2.531,75
ANTONIO JULIO CASTIGLIONI NETO	26/02/1980	054.462.337-19	22.304,57
ANTONIO MARCILIO SOARES	13/07/1975	043.797.957-13	2.974,99
ANTONIO MARCOS CANDIDO	21/09/1972	017.344.767-88	3.056,67
ANTONIO TARCISIO DE ARRUDA	12/01/1956	377.041.507-82	19.239,61
ARIANNE DETTMANN ALVES	20/05/1986	119.546.627-77	2.673,89
AURELIDES NASCIMENTO SILVA	01/12/1978	089.058.847-33	3.056,67
BASSAM AREF GHANNAM	19/02/1967	962.120.397-04	3.013,63
BENEDITO FERREIRA PIMENTEL	12/12/1958	493.117.357-87	3.892,77
BRUNA CANAL GAGNO	05/05/1984	053.644.097-24	8.225,10
BRUNELLA LISSANDRA SILVA FUZETO	23/05/1988	118.878.377-79	3.685,67
BRUNO GUIMARAES DO ROSARIO	09/10/1984	100.444.497-47	3.155,42
BRUNO LUCIANO FARDIN	07/03/1979	053.864.527-03	20.074,11
BRUNO MENDES DA SILVA NETO	26/07/1980	086.137.637-40	3.056,67
BRUNO MENDES MEDEIROS	04/12/1977	052.810.967-70	3.697,03

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SEI 50904.101310/2021-78

ANEXO IB – PLANILHA DE SEGURADOS

CAMILLA BRIDI GOMES	28/08/1985	104.632.467-56	13.436,79
CARLOS YOSHIO MOTOKI	24/01/1950	591.323.298-49	10.450,87
CAROLINA GRILLO PEREIRA	07/12/1978	081.655.707-14	3.056,67
CELEIDI DE AMORIM	27/12/1965	845.073.817-20	4.479,00
CESAR AMADEU CAMILETI GRILLO	22/05/1979	080.271.087-56	3.056,67
CLAUDIA CRISTINA RODRIGUES SANTIAGO	31/10/1976	071.051.417-43	6.829,09
CLAUDIA LOUREIRO KUNSCH	04/04/1979	081.089.367-30	2.896,02
CLAUDIA MARIA DA SILVA LEITE	26/07/1984	102.539.157-83	6.829,09
CLAUDIO DIAS DOS SANTOS	16/06/1975	078.745.927-51	2.365,60
CRISTIANE RODRIGUES MAGALHAES	21/07/1982	093.661.087-50	3.335,49
DAMIANE TAVARES BENEVIDES	14/07/1981	014.150.536-26	8.591,26
DANIELA DA SILVA DIAS	26/12/1978	094.514.307-92	3.056,67
DANIELE DIAS DA SILVA	11/09/1985	105.179.477-30	2.673,89
DANIELLE DUTRA NEITZEL	10/07/1981	099.724.747-98	13.436,79
DANILO LEONEL	05/02/1976	075.045.917-42	5.478,13
DEBORA LOUZADA DE ARAUJO BALDASSINI	24/08/1965	832.205.267-72	3.056,67
DEMETRIUS GONCALVES AGUIAR	14/01/1979	081.921.367-52	7.866,18
DENIS ALVES NOGUEIRA	21/01/1976	074.196.627-11	3.056,67
DENIZE DA SILVA LASCOSQUE	04/08/1983	104.543.277-65	5.938,98
DESIREE D AVILA DOS SANTOS	05/04/1979	082.709.867-71	3.335,49
DEVESON BUENO DIAS	29/12/1975	009.616.277-51	2.974,99
DINORAH DE ANGELI LEMOS	12/11/1963	756.939.767-34	4.479,00
DIOGENILDO GRIPP DIOGO	27/04/1963	756.937.557-20	3.056,67
DJALMA DE SOUZA FILHO	16/08/1984	113.975.387-83	2.673,89
EDILENE BATISTA SANTOS	17/03/1968	912.732.007-30	3.056,67
EDMAR PINHO CARPES	23/08/1953	416.915.557-20	3.222,41
EDNALDO LEPAUS BALDAN	20/02/1978	074.201.777-08	13.436,79
EDUARDO ANTONIO LAMBERTI	29/04/1960	653.630.357-15	12.303,94
EDUARDO BALDESSIN BARBOSA	13/12/1978	082.273.537-70	13.436,79
EDUARDO LIRIO GUTERRA	05/12/1958	579.600.467-00	5.419,50
EDUARDO LYCURGO DE ARAUJO SERRA	06/11/1982	052.133.646-59	6.597,60
ELENILZA ROSA BORGES DE ASSIS	06/03/1965	838.739.537-49	4.675,77
ELIZABETH MACHADO DOS SANTOS	14/10/1973	042.198.667-01	5.938,98
ELY LOPES FERNANDES	07/09/1960	658.652.947-68	3.443,04
ELY SANTANA	24/02/1951	478.725.007-87	7.875,18
ERIKA ANGELO	11/09/1986	123.492.217-76	2.673,89
ETHEL BIANCHINE AREAL	12/10/1961	724.126.077-53	10.612,46
EVANDRO EDUARDO RANGEL FERNANDES	15/11/1979	084.950.707-31	2.974,99

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SEI 50904.101310/2021-78

ANEXO IB – PLANILHA DE SEGURADOS

FABIANE PEREIRA DE BARROS	15/01/1976	044.725.117-11	4.479,00
FABRICIO BERNARDES DINIZ	08/12/1976	045.937.807-48	13.436,79
FABRYCIA DAL COL FERRAZ	21/02/1981	086.682.087-64	5.398,04
FERNANDA DE SA GONZAGA GILLES	25/09/1983	098.997.087-63	5.938,98
FERNANDO DOS SANTOS	25/11/1954	364.638.337-20	6.639,09
FERNANDO ELIAS SIQUEIRA RANGEL	18/03/1956	525.379.357-72	13.821,31
FILLIPI RIBEIRO ROCHA	01/06/1983	101.602.457-61	3.056,67
FLAVIO RODRIGUES FERREIRA	17/03/1983	103.405.077-05	3.013,63
FRANCISCO DE ASSIS GOMES	26/03/1954	557.795.147-04	3.321,78
FRANKLIN DO NASCIMENTO PASSAMANI	10/06/1979	076.592.607-58	2.266,26
GEDSON ALMEIDA FREIRE	13/04/1966	925.241.507-63	4.107,59
GERALDO JOSE PECANHA MOTHE	27/01/1976	070.105.027-65	3.056,67
GIDIANI DE LIMA FERREIRA	25/02/1984	095.701.997-17	3.056,67
GILMAR DE OLIVEIRA LOUREIRO	02/05/1960	765.083.907-91	4.789,41
GILMAR OLIVEIRA BASTOS	20/03/1959	557.753.147-00	7.050,86
GUILHERME FERNANDES MAGALHAES ZUCOLOTO	11/03/1984	102.685.447-43	8.974,01
GUSTAVO LOUREIRO HERZOG	15/01/1983	098.709.127-10	3.728,71
GUSTAVO PAVESI IZOTON	14/12/1977	078.311.897-00	8.948,80
HEBERT JOSE DE JESUS	21/02/1977	053.205.367-20	3.056,67
HERLON RODRIGUES ELIAS	03/11/1981	090.953.317-25	3.056,67
HUGO JOSE AMBOSS MERCON DE LIMA	23/08/1961	766.020.107-78	12.303,94
IGOR PINHEIRO DE SANT ANNA	24/05/1980	055.262.627-90	13.436,79
IHALLE ROCHA DOS SANTOS SOUZA SOARES	24/07/1985	104.800.547-03	3.685,67
ITAMAR JOSE CHAGAS	06/03/1955	200.554.986-04	8.331,29
IVONE MARIA DE ATHAIDE	28/09/1963	838.096.517-53	2.883,96
JACQUELINE LYRA ROPKE	24/02/1977	073.446.237-90	3.056,67
JAILTON ANTONIO ALVES	05/04/1970	005.178.407-66	5.938,98
JANILSON PEREIRA TRARBACH	05/12/1971	019.972.337-03	3.056,67
JEAN RICARDO ALVES DUQUE	08/05/1976	034.736.987-17	20.074,11
JEFERSON VALERIO SANTIAGO LEITE	07/03/1968	985.878.707-34	4.304,54
JEFFERSON RODRIGUES BAYER	06/08/1976	076.948.767-00	6.829,09
JEILDO DA CONCEICAO MONJARDIM	05/01/1963	756.892.517-04	4.014,02
JESSICA BROETTO ZAMBALDI	07/08/1991	132.860.907-35	5.938,98
JOANA BROTAS CORREA FELISBERTO	12/09/1978	082.668.307-03	13.436,79
JOAO AUGUSTO DA CUNHA LIMA	08/04/1963	724.007.577-04	20.074,11
JOAO CARLOS DOS SANTOS FERREIRA	06/09/1965	838.927.377-20	4.408,16
JOAO HENRIQUE FRANCA JUNIOR	15/06/1985	103.093.127-52	3.728,71
JOAO LUIZ ZAGANELLI	04/06/1955	738.532.407-04	14.859,03

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SEI 50904.101310/2021-78

ANEXO IB – PLANILHA DE SEGURADOS

JOEMAR DESSAUNE FILHO	21/02/1976	071.978.077-27	3.335,49
JOMAR BOMFIM CALDEIRA FILHO	27/08/1958	488.995.267-53	9.076,17
JORCY DE OLIVEIRA FILHO	29/08/1964	727.426.157-68	2.365,60
JORGE LUIS COSTA JUNIOR	22/01/1980	080.933.107-11	3.056,67
JOSE ARILTON LIMA JUNIOR	30/06/1976	080.387.097-30	3.820,31
JOSE CARLOS HOFFMAN CIBIN	26/05/1984	108.437.677-66	13.436,79
JOSE CARLOS MATTEDI	22/06/1961	698.865.717-72	6.829,09
JOSE EDILSON DE FRANCA	03/04/1947	395.093.547-91	2.365,60
JOSE MARIA LOUREIRO DE CASTRO	12/05/1961	621.167.547-04	3.056,67
JOSELDA VIANA DOS SANTOS	01/08/1976	069.171.627-79	3.056,67
JOSINEIA FABRES	18/09/1981	085.270.797-55	5.938,98
JOVELINO CHAGAS	11/11/1963	727.079.507-00	4.408,16
JULIO CESAR MEDEIROS RIBEIRO	21/07/1986	121.024.707-09	10.450,87
KAMILA BROETTO PEGORETTI PIMENTEL	25/10/1980	089.238.267-82	7.483,98
KAREN VASSOLER MARTINS	26/06/1977	083.658.097-45	10.374,01
KATIA LIMA MARINATO	06/06/1983	093.004.087-20	13.436,79
KLEBER STEIN	26/09/1958	488.195.907-78	9.616,59
LAERCIO DE JESUS GONCALVES	25/02/1978	076.260.907-99	3.335,49
LARISSA FERNANDES PESTANA	01/04/1982	088.843.937-79	6.597,60
LAUDIMAR JOSE DOS SANTOS LUCIANO	05/05/1977	075.912.797-26	3.056,67
LAUREN ZAMBOM CARIOCA FABRI	18/01/1981	055.468.567-18	2.447,28
LEANDRO COTA DE LIMA	12/02/1982	095.455.837-54	13.436,79
LEONARDO BIANCHI DOS SANTOS	30/07/1983	101.104.547-82	13.654,16
LEONARDO DEL PIERO CARDOSO	08/02/1973	022.733.367-56	13.436,79
LEONARDO NASCIMENTO RODRIGUES	28/10/1984	109.273.257-80	3.056,67
LEONARDO SILVA RIBEIRO	19/12/1979	078.126.617-33	3.345,83
LUCAS GONCALVES RAMOS	26/03/1987	058.234.877-38	3.728,71
LUCIMAR LUIS CAMATA	13/09/1964	818.175.927-34	4.335,65
LUIS CARLOS DE OLIVEIRA	09/03/1959	558.177.007-78	4.204,41
LUIS EUGENIO DE MENEZES XAVIER	09/08/1986	057.367.077-30	6.829,09
LUIS GUSTAVO LOPES	18/05/1979	090.209.197-25	3.728,71
LUIZ HENRIQUE COLACO DE MELO	11/06/1957	488.732.097-34	6.502,10
MANOEL RIBEIRO SANTOS	02/11/1954	493.496.437-15	6.166,15
MARCELO FELIPE ALVES DO NASCIMENTO	25/11/1981	055.701.347-00	3.056,67
MARCELO ROBERTO BRANDAO JUNIOR	09/07/1960	658.937.197-00	6.006,47
MARCIO SHIGUERU SUZUKI	08/07/1975	156.618.478-90	10.606,20
MARCO ANTONIO LUDOLF PAIXAO	10/04/1954	557.679.667-53	9.616,59
MARCONIS MAURO BRIDI	15/02/1970	008.044.947-62	3.056,67

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SEI 50904.101310/2021-78

ANEXO IB – PLANILHA DE SEGURADOS

MARCOS ALEXANDRE QUEIROZ	21/12/1961	691.225.207-91	2.896,02
MARCOS ANTONIO LORENCETTI	15/02/1967	823.580.287-20	2.974,99
MARCOS ANTONIO VIEIRA	15/05/1963	732.108.547-34	7.246,60
MARCUS VINICIUS SILVA LEITE	10/06/1973	021.598.117-00	3.056,67
MARCUS ZANOTTI BRECIANI	01/12/1962	814.265.007-00	14.873,03
MARIA DA PENHA SILVA	31/05/1954	578.825.927-49	7.604,48
MARIA ELISA DE FREITAS FALCAO	08/07/1986	079.870.386-52	8.320,36
MARIA GORETE PREZENTINO	01/12/1960	652.432.697-00	9.616,59
MARIA IZABEL MARINATO AGUIAR	17/09/1957	675.158.357-53	8.348,53
MARIO EDUARDO BAUER	17/03/1976	031.937.867-56	10.966,80
MARIO EMILIO NASCIMENTO DA SILVA	06/01/1953	418.120.427-87	16.444,21
MARIO ROBERTO BONZANO COMPER	21/12/1974	027.759.107-42	1.929,62
MARTHA ALEXANDRA SARMENTO CAVALCANTI	10/12/1970	015.494.117-48	6.829,09
MARY REGINA SERAFIM	01/03/1960	874.608.827-04	6.597,60
MAURICIO COELHO VILARINHO	18/09/1979	090.844.737-01	3.056,67
MAURICIO OTTONI SANTANA	26/02/1978	077.670.107-08	3.056,67
MELINA VASCONCELLOS KATSILIS	31/01/1983	094.991.777-01	7.954,65
MICHAEL GOMES FONTES	08/02/1982	089.721.697-06	3.728,71
MICHELLI BARBOSA BATISTA	11/03/1976	085.646.267-56	3.728,71
MILENA GOTARDO COSME	02/05/1989	054.302.777-54	10.450,87
MILTON FERNANDES BORGES NETO	20/07/1974	043.774.627-50	5.938,98
MOACIR REZENDE CORDEIRO	10/06/1963	703.363.507-91	6.829,09
NELSON DIAS DOS SANTOS	19/05/1973	012.471.037-90	3.335,49
ODAIR JOSE CESAR RANGEL	12/01/1975	034.826.557-31	2.792,17
OTTO BARCELLOS RANGEL JUNIOR	18/06/1975	034.775.057-51	2.974,99
PATRICIA BETTCHER MARTINS	13/01/1975	031.674.717-35	2.974,99
PATRICIA DIAS MORAES	06/03/1986	109.436.447-98	2.974,99
PAULO CESAR BERMUDEZ GIOVANINNI	08/04/1950	252.128.507-20	7.050,86
PAULO ROBERTO DE LIMA	08/07/1957	575.246.027-15	14.214,96
PEDRO DOMINGOS BRUNORO	25/11/1951	395.134.597-72	5.956,86
PEDRO LUIZ NEVES SCUCUGLIA	18/12/1987	084.009.076-55	2.991,51
RAFAEL AMORIM LOPES	25/05/1981	090.614.987-83	2.468,03
RAFAEL AURELIO TELLES PEGO	23/11/1984	107.181.327-77	6.829,09
RAFAEL PINHEIRO FERREIRA	22/10/1986	119.084.147-90	2.673,89
RAFAEL ROBERTS PEREIRA	16/08/1986	115.231.197-21	2.974,99
RAQUEL DE MOURA BARBOSA GUIMARAES	07/12/1981	094.322.007-60	13.299,82
REGIS FONTES SIQUEIRA	07/10/1972	002.710.357-90	3.056,67
RENAN GONCALVES MENDONCA	07/09/1971	013.540.267-05	3.056,67

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SEI 50904.101310/2021-78

ANEXO IB – PLANILHA DE SEGURADOS

RENATA PIONA DE SOUSA	10/05/1984	098.125.267-22	9.555,12
RENATO DE ASSIS	18/06/1979	041.717.716-09	2.974,99
RENILDO JERONYMO DA SILVA	05/02/1972	005.366.947-96	2.365,60
REROLDI VINICIUS PEREIRA MONTEIRO	25/10/1982	055.820.237-39	13.436,79
RICARDO AUGUSTO PEREIRA REZENDE	03/04/1969	947.131.037-72	10.966,80
RICARDO BALESTREIRO NASCIMENTO	16/02/1977	045.990.017-08	3.056,67
RICARDO CARVALHO CASTRO	25/05/1962	728.068.937-04	3.056,67
RICARDO EDUARDO ALBERT	14/12/1968	997.910.997-15	13.061,37
RICARDO LEANDRO DE FARIA	29/03/1976	042.082.867-25	3.056,67
RICARDO LIMA BRAVIM	03/12/1978	074.051.667-17	3.056,67
RIGLEIA CALDEIRA BRANT	21/05/1981	092.373.257-89	3.056,67
RINALDO DE ANDRADE ALLOCCA	20/08/1974	777.088.736-49	3.056,67
ROBERTO ALVES BERNARDO	23/05/1982	099.781.667-85	3.360,20
ROBERTO HERNANDES	22/09/1960	362.040.809-20	5.154,52
ROBSON LUIZ DE SOUZA	13/11/1968	894.470.347-72	3.056,67
ROBSON MARKES FERREIRA	28/08/1971	003.719.837-89	5.938,98
ROBSON MATTOS DOS SANTOS	27/06/1976	073.151.437-85	2.286,63
RODRIGO LUIS RIBEIRO CAMPOS	25/02/1985	066.611.036-04	13.436,79
RODRIGO MARTINS LEAL	08/11/1978	081.689.047-10	8.777,30
RODRIGO PEREIRA BRANDEMBURG	23/12/1978	079.068.687-22	3.056,67
RODRIGO ROMEIRO	16/11/1977	045.622.457-27	3.056,67
ROGERIO MARTINS CONCEICAO	04/08/1982	098.660.887-40	3.056,67
RONI HUDSON KOBİ	08/10/1964	802.502.897-68	3.056,67
ROSANGELA EVANGELISTA	05/02/1960	813.360.807-44	7.658,51
ROSEMARY MARTINS DUARTE	28/05/1959	558.730.307-15	13.436,79
ROSEMBERG SERRA PEREIRA	26/08/1972	002.906.777-42	3.056,67
ROSIMARA ANDREA DE CARVALHO TEIXEIRA	11/03/1967	945.570.047-68	4.059,90
ROSSANA DUARTE ACHA LEITE	14/02/1958	742.505.317-91	13.756,86
ROUZEMBERG DE SOUZA LUGAO	08/02/1964	809.772.197-04	10.476,12
SAMARONE MIGUEL GOMES	04/12/1979	086.764.987-92	3.141,02
SANDRO BARBOSA DO AMARAL	06/07/1977	039.210.377-00	1.574,02
SANDRO FELIPE CASTRO	03/10/1973	017.297.927-74	2.901,41
SEBASTIAO ALEX DA ROCHA PEREIRA	27/07/1973	034.588.267-93	7.866,18
SEBASTIAO SERGIO BOURGUIGNON	08/08/1959	704.909.107-34	4.093,02
SERGIO DA COSTA MUNIZ	27/04/1951	376.986.807-20	5.295,31
SERGIO LUIZ DE ARAUJO	30/06/1957	488.715.327-91	5.961,67
SIDNEY SIMOES RODRIGUES	03/11/1971	001.243.347-09	2.706,19
STANLEY RAMOS VIANNA	28/08/1965	897.369.907-53	4.304,54

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SEI 50904.101310/2021-78

ANEXO IB – PLANILHA DE SEGURADOS

SYLVIO DE JESUS PAZZINI FILHO	17/02/1965	802.837.217-15	3.056,67
TANIA DE SOUZA CORREIA	03/11/1979	086.930.597-26	3.056,67
TATIANA SEGISMUNDO DA SILVA	21/06/1981	092.706.757-93	3.056,67
THIAGO DE PAULA BRAGA	03/12/1982	096.547.547-62	5.938,98
THIAGO JANUARIO GOMES	24/09/1983	107.983.197-55	3.432,58
THIAGO NESPOLI DE PRA	16/02/1980	089.746.217-38	9.197,15
TYRONE DE ALMEIDA ALVES	10/09/1976	077.687.717-88	2.974,99
VALTER DA SILVA BOY	01/01/1958	560.059.037-72	2.619,22
VINICIUS MARTINS DOS SANTOS	05/06/1987	111.292.197-47	3.056,67
VITOR VALLS FRANCA	02/12/1984	109.404.867-41	3.056,67
WAGNER CATANE VITOR	14/06/1976	073.197.447-67	2.760,54
WENDERSON CARDOSO ROCHA	10/03/1977	035.011.097-25	3.113,30
WEVERTON GARCIA DA ROSA	24/09/1984	099.381.837-43	3.056,67



COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE SUPRIMENTOS

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO PE 101310/2021

Vitória, 07 de janeiro de 2022.

**Serviços de Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais
para os Empregados e Diretores da Companhia Docas do
Espírito Santo - CODESA.**

Por este instrumento particular, a **COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO**, Empresa Pública Federal, com sede na Rua Izidro Benezath, 48 – Ed. Six – 3º Andar - Enseada do Suá – Vitória – ES – EP 29050-300 – telefone 55 27 3132-7370, inscrita no CNPJ sob o nº 27.316.538/0001-66, neste ato representada por seu Diretor-Presidente designado em inscrito no CPF sob o nº, portador da Carteira de Identidade nº, e pelo Diretor de, designado em inscrito no CPF sob o nº, portador da Carteira de Identidade nº, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, com sede, neste ato representada por, portador da Carteira de Identidade nº, expedida pela/.... e CPF nº denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO**, tendo em vista o que consta no **processo protocolado sob o nº 50904.101310/2021-78**, autorizada pela DIREXE – Diretoria Executiva da CODESA em suaª Reunião de 2022, em observância às disposições da Lei 13.303 de 30/06/2016; do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, da Lei 8.078 de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor; da Lei 8.137 de 27/12/1990 - Crime Contra Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo; da Lei Federal 8.429 de 02/06/1992 – Improbidade Administrativa; Lei Complementar 123 de 14/12/2006, outras legislações quando couber, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº xxx/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO E DA CONDUTA ÉTICA DAS PARTES

1.1. A legislação que regula a presente contratação é: Lei 13.303 de 30/06/2016; o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, Lei 8.078 de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor; Lei 8.137 de 27/12/1990 - Crime Contraordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo; Lei Federal 8.429 de 02/06/1992 – Improbidade Administrativa; Lei Complementar 123 de 14/12/2006; outras legislações quando couber.

1.2. A CONTRATADA e a CONTRATANTE comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da legalidade, da moralidade administrativa, da impessoalidade, da eficiência, da vinculação ao instrumento convocatório, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

1.3. Em atendimento ao disposto no subitem 1.2 desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive, a adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

1.4. O Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA está disponibilizado no endereço <http://www.codesa.gov.br/site/?p=licitacoes-e-contratos>

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS

2.1. Fazem parte integrante do presente contrato, com força de cláusula contratual e gerando direitos e obrigações, os seguintes documentos, de cujo inteiro teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

2.1.1. EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° ____/2022 E SEUS ANEXOS;

2.1.2. PROPOSTA DA CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviços de Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais para os Empregados e Diretores da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA., conforme exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

3.2. Quadro resumo do Objeto:

Item	Descrição dos Serviços	Nº de Participantes do Grupo Segurável (Variável)	Modalidade do Capital Segurado	Cobertura	Critério
01	Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais para os Empregados e Diretores da CODESA	239 (Empregados e Diretores)	Múltiplo Salarial	Morte Natural	25 (vezes) o Salário Base Mensal do Segurado
				Morte Acidental	50 (vezes) o Salário Base Mensal do Segurado
				Invalidez Permanente por Acidente	

4. CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. A contratação do objeto deste Contrato será realizada pelo regime de empreitada por preço unitário.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA FONTE DE RECURSOS

5.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes desta licitação provêm do orçamento da CODESA, conforme categoria econômica: [**2.205.900.301 - Seguro de Vida**] conforme solicitado pela a **Coordenação de Recursos Humanos (CODRHU)**. Fonte dos Recursos: **Custeio**. Classificação Contábil: despesa. A contratação é uma prestação de serviço enquadrada no item item 100.23 (ERP), Conta Contábil: 3468 e 10872.

5.2. A despesa proveniente da contratação licitada onerará verba própria, consignada em seu orçamento, em conformidade com a decisão da Diretoria Executiva da Companhia - DIREXE.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR GLOBAL DE CUSTO

6.1. Conforme proposta apresentada pela Contratada e aceita pela CODESA, o valor global de custo do Objeto do presente Contrato é de R\$..... (.....), conforme Planilha de Preços anexa à proposta da Contratada.

6.2. No valor global estão incluídas todas as despesas e custos necessários à execução total dos serviços contratados diretos e indiretos, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, frete, seguro e insumos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

7.1. A CONTRATADA deverá apresentar, até o dia 20 de cada mês, relatório de medição discriminando as atividades e serviços prestados **no período de referência, compreendido entre o primeiro e o último dia do mês anterior;**

7.2. Este relatório deverá conter no mínimo as seguintes informações;

7.2.1. Demonstrativo de serviços realizados no período, com a indicação do solicitante, data da solicitação e execução, atividades desempenhadas e entregas/soluções provenientes daquele serviço, período de competência, n. da Apólice do Seguro de Vida em Grupo e Acidentes de Trabalho, nome dos segurados, com seus respectivos n. de cpf, data de nascimento, data e inclusão e/ou exclusão do plano de seguro contratado, valor do capital segurado em R\$ (reais) e valor do prêmio que deverá ser pago naquele período;

7.3. Após a emissão do relatório a CONTRATANTE analisará o relatório e, estando este condizente com os serviços prestados, autorizará a emissão de Nota Fiscal ou Fatura;

7.4. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias consecutivos da apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente (s) aos serviços executados no mês anterior. Após conferir e atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is), caberá ao fiscal do contrato encaminhá-la (s) para pagamento.

7.5. Na(s) Nota(s) Fiscal(is), deverá constar o número do Contrato, o número da agência e da conta bancária correspondente. A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) conforme a legislação fiscal/tributária vigente, com observância, principalmente, ao preenchimento de seus campos.

7.6. Caso sejam verificadas divergências, a(s) Nota(s) Fiscal(Ais) será(ão) devolvida(s) à CONTRATADA, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pela Fiscalização da CODESA, sem que isso gere encargos financeiros para a CODESA.

7.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, serão aplicadas as seguintes compensações financeiras e penalidades:

7.7.1. multa de 0,1% ao dia, sobre o valor pago em atraso, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação, limitada a 2%;

7.7.2. juros moratórios de 0,033% ao dia, sobre o valor pago em atraso, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação, até o efetivo adimplemento desta.

7.8. Em caso de atraso pela Contratante, as verbas de natureza acessória (juros e multa) serão pagas por meio de crédito em conta corrente, mediante Ordem Financeira e apresentação de nota de débito ou fatura.

7.9. Fica estabelecido que a Contratada não procederá ao desconto de título, não fará cessão de crédito, nem fará apresentação para cobrança pela rede bancária, e a CODESA não endossará nem dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados por terceiros.

7.10. Deverão ser apresentadas juntamente com as Notas Fiscais, as certidões que comprovam a regularidade da contratada junto ao INSS e ao FGTS, conforme exigido na habilitação fiscal. Deverá também ser apresentada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943;

7.10.1. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.10.2. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.11. Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18 da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.12. O cálculo do prêmio dar-se-á pela seguinte fórmula e referencial:

a) **SALÁRIO BASE X 25 X TAXA MENSAL**

b) Terá como referencial o Relatório do Grupo Segurado a ser retirado mensalmente junto ao Fiscal do Contrato na Coordenação de Recursos Humanos da CODESA - CODRHU.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

8.1. O prazo de vigência do Contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 5 anos, conforme Artigos 104 e 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesa.

8.2. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços, após assinatura do Contrato.

8.3. A prorrogação de prazo de vigência será realizada mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que efetivada e requerida durante a vigência do contrato, justificada por escrito e autorizada pela autoridade competente, nos termos dos Artigos 104 e 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

8.4. **A formalização da contratação ocorrerá através da emissão da apólice pelo licitante vencedor, em substituição ao termo de contrato.**

8.5. A Contratante efetuará a publicação resumida do instrumento de contrato (apólice) e de seus aditamentos na imprensa oficial como condição de sua eficácia.

9. **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 13.303, de 2016, da Lei n.º 10.520, de 2002, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesa a CONTRATADA que:

9.1.1. Ensejar inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. Fraudar na execução do contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5. Cometer fraude fiscal;

9.2. Pela inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações estabelecidas na execução do objeto contratado, a Codesa poderá aplicar ao contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE.

9.2.2. Multa moratória

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias. Após este prazo e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, pela demora em substituir o material rejeitado;

9.2.3. Multa compensatória

a) de até 2% (dois por cento) em caso de inexecução parcial, sobre o valor total do contrato;

b) de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.3. As importâncias relativas às multas serão descontadas pela CONTRATANTE de eventuais créditos a vencer da empresa CONTRATADA, e/ou da garantia prestada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de Guia de Recolhimento - GDR, que será creditado na conta da CODESA, ou, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

9.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codesa, pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada à empresa que:

9.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.4.3. Não assinar o Contrato no prazo estabelecido neste instrumento;

9.4.4. Deixar de entregar a documentação exigida neste instrumento;

9.4.5. Apresentar documentação falsa exigida neste instrumento;

9.4.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

9.4.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.4.8. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

9.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se os procedimentos internos da Codesa, e subsidiariamente a Lei nº 9.784 de 1999.

9.6. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codesa poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

9.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.8. Da decisão final cabe recurso à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida junto à Codfor/Codesa, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua notificação da decisão final.

9.8.1. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a CONTRATANTE descontará a referida importância, de eventuais créditos a vencer da empresa CONTRATADA e/ou da garantia contratual.

9.8.2. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a CONTRATANTE deverá fazer o pagamento por meio de Guia de Recolhimento – GDR, que será creditado na conta da Codesa e, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

9.9. Na execução contratual, cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à Codesa (funcionários, suas instalações, imagem), meio ambiente ou a terceiros.

9.9.1. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

10.1. A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos Arts. 122 a 124 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Os preços serão estabelecidos em conformidade com a proposta do licitante vencedor, observadas as exigências do Termo de Referência, devendo estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto contratual.

11.2. O reajuste será adotado como forma de recompor o desequilíbrio provocado pela elevação dos custos de produção, desde que decorrido 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta, ou da data do último reajustamento, de acordo com a Lei 10.192/2001.

11.3. O reajuste do preço contratado levará em consideração o IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

11.4. Compete à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pelo Contratante, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado.

11.5. O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do art. 81, § 7º, da Lei 13.303/2016 e art. 108, §9º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

11.6. Os efeitos financeiros do reajuste serão aplicados a partir do 13º mês, subsequente ao período anual de apuração do índice, independentemente da variação para maior ou para menor.

11.7. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

$$(R=(I_i-I_o)\times V) / I_o$$

Em que:

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual a ser reajustado;

I_i = índice correspondente ao mês do reajuste; e

I_o = índice inicial correspondente a data de apresentação da proposta.

11.8. A contratada deverá solicitar o reajuste até a prorrogação ou encerramento do Contrato, hipóteses em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador. Com o encerramento do Contrato ou prorrogação do mesmo sem expressa ressalva, opera-se a renúncia a eventual reajuste relativo a período anterior à assinatura do respectivo Termo Aditivo.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

12.1. A CODESA e a contratada têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços.

12.2. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da CODESA ou mediante solicitação da contratada, a qualquer tempo da vigência contratual, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, fato retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no Instrumento contratual, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado à contratada nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

I - a contratada deverá formular à CODESA requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;

II - a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão;

III - com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da apresentação da proposta ou do último reajuste e o momento

do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

IV - A contratada deverá solicitar a revisão de preços até a prorrogação ou o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador. Caso o Contrato esteja encerrado, operar-se-á a renúncia a eventual direito a revisão.

12.3. Independentemente de solicitação, a CODESA poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à contratada apresentar as informações solicitadas pela CODESA.

12.4. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, com comprovada repercussão no preço contratado implicarão a revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações além daquelas já previstas no Termo de Referência:

13.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, por meio de empregado público especialmente designado pela Contratante;

13.2. Efetuar os pagamentos devidos em razão da prestação dos serviços fornecidos pela CONTRATADA após a apresentação das respectivas notas fiscais com o devido “atesto” do Gestor de Contrato, ou do Fiscal, caso este também seja designado;

13.3. Zelar, durante toda a vigência contratual, pelo cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, bem como pela manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.4. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, em conformidade com as boas práticas de gestão e capacidade, disponibilidade e continuidade;

13.5. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da Contratada, fixando prazo para a sua correção, quando for o caso;

13.6. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas à prestação dos serviços;

13.7. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços;

13.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da Contratada;

13.9. Avaliar periodicamente o cumprimento dos níveis mínimos de serviço da CONTRATADA, e tomar as medidas contratuais cabíveis em caso de descumprimento, em especial os relativos à disponibilidade, conectividade, segurança da informação, entre outros.

13.10. Vetar o emprego de qualquer produto e/ou serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;

13.11. No caso de rejeição do serviço, a CONTRATANTE deverá comunicar o fato à CONTRATADA. A Fiscalização estipulará prazo, a contar da notificação, para que a CONTRATADA, às suas custas, saneie as pendências;

13.12. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

13.13. Preencher e enviar a Ordem de Início dos Serviços de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações além daquelas já previstas no Termo de Referência:

- 14.1. Prestar os serviços conforme prazos, especificações técnicas e condições definidas no Termo de Referência e conforme Proposta Comercial;
- 14.2. Prestar suporte técnico dos serviços, na forma e nos prazos estabelecidos.
- 14.3. Disponibilizar, por ocasião da assinatura do Contrato, pontos de contato dos responsáveis pelo suporte técnico e apoio administrativo/comercial, contemplando nomes e telefones, bem como promover sua atualização constante;
- 14.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 14.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CODESA autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 14.6. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Contratante, ou ainda a terceiros, durante a execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante;
 - 14.6.1. Apurado o dano e caracterizada sua autoria e culpa por qualquer empregado ou preposto da Contratada, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de notificação pela área fiscalizadora, sob pena de ter o valor apurado descontado na fatura do mês subsequente, sem prejuízo das demais sanções e responsabilidades cabíveis, observado o direito do contraditório e ampla defesa;
- 14.7. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao Contrato, que venham a ser solicitados pelo Contratante;
- 14.8. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados e dos veículos que adentrarão à CODESA para a execução do serviço, apresentando os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, mantendo as informações atualizadas inclusive;
- 14.9. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Contratante;
- 14.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 14.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho, inclusive quanto ao fornecimento e uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando a situação exigir;
- 14.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação ambiental, inclusive pela regular quitação de taxas de licenças para execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais;
- 14.13. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
- 14.14. Comunicar à fiscalização do Contratante qualquer anormalidade/ocorrência constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 14.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14.16. Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;
- 14.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 14.18. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;
- 14.19. A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do § 1º do art. 108 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos da

CODESA;

14.20. A existência e a atuação da Fiscalização pela Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências e implicações;

14.21. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

14.22. É expressamente vedada à CONTRATADA a contratação de colaborador pertencente ao quadro de pessoal da CODESA durante a vigência deste contrato;

14.23. Cumprir fielmente os níveis mínimos de serviço estabelecidos no Termo de Referência, contratualmente, ou decorrentes de legislação aplicável;

14.24. Assegurar à Contratante os recursos técnicos e tecnológicos necessários para transição e portabilidade dos serviços em caso de distrato, descumprimento, interrupção ou encerramento de vigência contratual, quando for o caso;

14.25. Para efeitos de mensuração dos limites estipulados no Termo de Referência, os períodos de apuração serão contados a partir do 1º dia de cada mês sob gestão do Gestor do Contrato, formalmente designado;

14.26. Emitir nota fiscal no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando-a à Contratante para pagamento;

14.27. **Declaração** subscrita por representante legal da licitante, afirmando que tem conhecimento da Política de Integridade da Codesa, formalizada pela Resolução 42, de 30 de setembro de 2020; que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013, comprometendo-se com os mais altos padrões de ética durante o procedimento licitatório bem como todo o período da contratação.

14.27.1. A Política de Integridade da Codesa encontra-se disponível no site da Companhia, em www.codesa.gov.br – Transparência – Políticas e Práticas de Governança – Política de Integridade ou no seguinte endereço:

[http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20422020\(1\).pdf](http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20422020(1).pdf)

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO**

15.1. Conforme determina o item 12 do Termo de Referência, bem como o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, Arts. 109, 110, 119 a 121.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Os contratos celebrados com a CODESA poderão ser alterados qualitativamente e quantitativamente, por acordo das partes, desde que devidamente justificados, vedando-se alterações que resultam em violação ao dever de licitar, conforme dispõe o art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e o art. 108 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

17.1. Não será admitida a subcontratação de nenhum serviço do objeto desta contratação.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES**

18.1. É vedado à CONTRATADA:

18.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

18.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

19. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei 13.303/2016 e pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078 de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípio gerais dos contratos, como também pelos documentos integrantes do presente instrumento contratual.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

20.1. Elegem as partes, o Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, com renúncia expressa a qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas ao presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito na presença das testemunhas abaixo firmadas.

XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX
Diretor Presidente da CODESA	Diretor XXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX	
Representante Legal da Contratada	



Documento assinado eletronicamente por **Denize Da Silva Lascosque, Coordenador Substituto - Coord. de Suprimentos**, em 11/01/2022, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5068672** e o código CRC **2173FAD9**.



Referência: Processo nº 50904.101310/2021-78



SEI nº 5068672

Rua Izidro Benezath, 48, (3º e 4º andares) - Bairro Enseada do Suá
Vitória/ES, CEP 29050-300
Telefone: 2731327301 - www.codesa.gov.br